

Por uma metaficção historiográfica dos contatos linguísticos na formação do português do Brasil

Historiographical metafiction of language contacts in the Brazilian Portuguese language formation

Jacson Baldoino Silva*
jacsonsilva@outlook.com
Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO: A metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991) questiona a verdade colocada pela historiografia oficial e aponta que há verdades, contadas agora pela voz daqueles personagens apagados e silenciados pelas histórias oficiais. Nessa perspectiva, este artigo se propõe, como um desdobramento da teoria da metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991) e fundamentado nas teorias (socio)linguísticas (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2009, 2017, 2019; CALLOU; LUCCHESI, 2020; LUCCHESI; CALLOU, 2020), a analisar o romance *Um defeito de cor*, da mineira Ana Maria Gonçalves (2021[2006]), como uma *metaficção historiográfica dos contatos linguísticos* ocorridos na formação do Brasil e, conseqüentemente, do português brasileiro. Essa proposta demonstra a necessidade de uma intersecção entre a Literatura e as Teorias Linguísticas, pois as narrativas ficcionais podem ser utilizadas como um suporte para as discussões, nos cursos de Letras/Português, sobre os contextos sócio-históricos de formação do português brasileiro, considerando, principalmente, a ausência de boas produções cinematográficas que ilustrem esse período.

PALAVRAS-CHAVE: Metaficção Historiográfica. Sociolinguística. Contatos Linguísticos.

ABSTRACT: Historiographical metafiction (HUTCHEON, 1991) poses questions about the truth placed by official historiography and points out that there are truths now told through the voices of characters erased and silenced by official histories. Therefore, in this perspective, this article aims, as an unfolding from the historiographical metafiction theory (HUTCHEON, 1991) and based on (socio)linguistic theories (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2009, 2017, 2019; CALLOU; LUCCHESI, 2020; LUCCHESI; CALLOU, 2020), to analyze the novel *Um defeito de cor*, by Ana Maria Gonçalves (2021[2006]) – a Brazilian author who lives in Minas

* Mestre em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas (UNEB). Tem interesse nos estudos de sintaxe do Português, particularmente do Português Popular do Brasil, nas propostas de ensino de Língua Portuguesa e na análise de discurso de linha foucaultiana. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa "Plataforma de Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão" (UEFS) linha de pesquisa em Estudo sócio-histórico e linguístico, e do Grupo de Pesquisa em "Mentes e Linguagens - MENEL" (UNEB) - linha de pesquisa em Estudos Linguísticos de Libras, sob a perspectiva da teoria gerativa.

Gerais –, as a historiographical metafiction of the linguistic contacts that occurred in the formation of Brazil, and consequently of Brazilian Portuguese language. This proposal shows us the need for an intersection between Literature and Linguistic Theories, given the fact that fictional narratives can be used as a support for several debates, in Literature/Brazilian Portuguese courses, about the socio-historical contexts of Brazilian Portuguese language formation, considering, especially, the lack of good film production illustrating this period.

KEYWORDS: Historiographical metafiction. Sociolinguistics. Linguistic Contacts.

A transplantação da língua portuguesa para o Brasil resulta de um processo de repovoamento do território brasileiro, no qual a rarefeita população autóctone foi em grande parte exterminada e substituída massivamente por colonos portugueses e africanos escravizados, na proporção aproximada de dois africanos para cada português. [...] Portanto, no plano sociolinguístico, o período colonial se insere em um processo mais amplo de violenta homogeneização linguística do território brasileiro [...] (LUCCHESI; CALLOU, 2020, p. 158).

Um homem disse que tinha perguntado a um dos guardas onde era o estrangeiro e a resposta foi que estávamos sendo enviados para o Brasil (GONÇALVES, 2021[2006]¹, p. 50).

Introdução

As discussões sobre os contatos entre povos e línguas ocorridos no Brasil têm se dado, quase que exclusivamente, na área da Linguística – particularmente na conhecida Sociolinguística de Contato – e da História. Contudo, os estudos literários, bem com as produções literárias, podem ajudar a reconstruir os contextos sócio-históricos nos quais esses contatos se deram. Dessa forma, a proposta deste trabalho é, a partir de uma análise do romance *Um defeito de cor*, da mineira Ana Maria Gonçalves (2021[2006]), demonstrar como a escrita literária pode auxiliar na reconstrução das interações que se deram nas terras brasileiras originando o que hoje chamamos de *Brasil* e, principalmente, de *português brasileiro*.

De certa forma, em outros momentos literários, e não apenas no denominado *pós-moderno* ou *contemporâneo* (AGAMBEN, 2009), os contatos ocorridos na formação do Brasil apareceram nas narrativas, como na produção indianista de José

¹ A primeira publicação do romance é de 2006, mas se utiliza a 26ª edição de 2021. Da mesma forma, as demais obras terão a sua primeira edição indicada entre colchetes.

de Alencar, particularmente em *O guarani* (1996[1857]) e *Iracema* (1991[1865]). Contudo, a reconstrução das lacunas históricas, projeto da metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991), não era o objetivo dessas obras, além de serem criticadas por uma visão romantizada dos acontecimentos – entre eles das interações linguísticas e “povolísticas”², consequência de uma ótica colonizadora dos eventos, na qual o dominado/escravizado é sempre vencido ou transformado em herói por negar sua origem, aliando-se aos colonizadores, como é o caso de Peri, em *O guarani* (ALENCAR, 1996[1857]), um tipo de antropofagia no qual apenas o colonizador deglute tudo em sua volta (SEGATO, 2021).

Assim, este artigo se propõe, como um desdobramento da teoria da metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991) e fundamentado nas teorias (socio)linguísticas (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2009, 2017, 2019; CALLOU; LUCCHESI, 2020; LUCCHESI; CALLOU, 2020), a discutir a possibilidade de *uma metaficção historiográfica dos contatos linguísticos*, demonstrando como as narrativas literárias podem nos ajudar a criar representações verossimilhantes das interações linguísticas e “povolísticas” ocorridas no Brasil após o deslocamento forçado de africanos para as terras brasileiras pelos portugueses ao longo de quase 400 anos – verossimilhança presente no romance em questão (SILVA, 2012; 2014).

Em tempos nos quais a população afrodescendente e os povos originários foram terrivelmente atacados, seja por meio de políticas públicas – mais especificamente pela ausência delas – ou por meio de discursos de ódio por parte de instâncias que deveriam guardar e prezar pela igualdade de direitos – lembremo-nos da fala do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no programa *Roda Viva* (2018), durante sua campanha em 2018: “Dívida histórica? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida”; discurso com o qual conseguiu se eleger e que reverberou em todas as ações do seu mandato – este trabalho possui um papel não apenas teórico-crítico, mas político, pois busca evidenciar a participação da população de origem africana na formação do(s) Brasil(is).

1 Da história social para a história linguística

² Já usamos esse neologismo em pesquisa com comunidades afro-brasileiras ao abordarmos “o deslocamento – forçado – de povos africanos para o Brasil e o contato linguístico e *povolístico* com os portugueses” (SILVA, 2023, p. 32; grifo nosso).

Uma *metaficção historiográfica dos contatos linguísticos* nos permite criar imagens e representações sociais sobre um período no qual o Brasil, como apontam Lucchesi e Callou (2020), buscou uma (contraditória) homogeneização linguística, que foi precedida por uma miscigenação social. A procura por homogeneizar a língua no Brasil, tomando como modelo imaginário a língua de Portugal (LUCCHESI, 2015, 2017; FARACO, 2019), é extremamente contraditória se compreendemos que o nascimento do Brasil, enquanto estado-nação – não como *território*, pois esse sempre esteve aqui e foi invadido – se deu em um contexto multiétnico, multilinguístico, plural (FARACO, 2019; BORTONI-RICARDO, 2021); se, enquanto território, já havia pluralidade com os diversos povos originários, na “invenção” do Estado brasileiro não seria diferente, visto a chegada de inúmeros africanos por meio do tráfico negreiro, além do grande fluxo de portugueses e imigrantes ao longo dos três primeiros séculos de colonização (LUCCHESI, 2009). Dessa forma, qualquer processo de homogeneização neste país é, de certa forma, violento, pois busca unificar coisas, em sua essência, unificáveis.

Enquanto uma espécie de *sociologia da leitura* (RAVOUX-RALLO, 2005), a *metaficção historiográfica* (HUTCHEON, 1991) possibilita, para os estudos sociolinguísticos, uma melhor visibilidade das interações sociais vivenciadas entre africanos escravizados e libertos e os portugueses escravocratas durante os primeiros anos de colonização e escravidão no Brasil. Em outras palavras, as narrativas que se desenvolvem por esse viés permitem que se tenha uma verossimilhança da história social para, a partir dela, e fundamentando-se em documentos e dados históricos, fonte de muitas obras literárias também, se entender melhor a história sociolinguística do Brasil. E, segundo Silva (2012, 2014), a narrativa de Gonçalves (2021[2006]) se encaixa nesse critério de verossimilhança histórica, uma vez que a personagem se baseia na mãe de Vasco da Gama, e foi construída a partir de intensa pesquisa em fontes historiográfica.

A extensa narrativa de *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2021[2006]) – quase mil páginas – enquadra-se dentro dessa linha teórico-crítica e criativa que busca questionar as bases da dita historiografia oficial que direciona as tendências culturais e sociais de um povo (HUTCHEON, 1991), ou seja, a forma como a história oficial é narrada e passada ao longo dos tempos possibilita também visões determinadas sobre a cultura e as dinâmicas sociais de um povo, devendo também ser contestada. Entre os questionamentos surgidos como consequência do pós-moderno (AGAMBEN,

2009), está a problematização da História, muitas vezes de forma irônica, parodizante, mas sempre reconhecendo que é impossível estar fora dela (HUTCHEON, 1991), ainda que se distorçam os fatos e se construa uma outra história fragmentada.

Nos dez capítulos de sua narrativa, Ana Maria Gonçalves (2021[2006]) apresenta ao leitor não uma lista de questionamentos da história, mas uma narrativa de oito décadas sobre a vida de uma *ibêji – gêmeo/a* na língua iorubá³ – que foi raptada com 6 anos para ser escravizada no Brasil. A saga de Kehinde – ou Luísa Gama, para os cristãos –, que perdeu sua irmã durante a viagem no navio negreiro, é narrada ao longo de 80 anos, desde o seu rapto na África, passando pelos longos anos de escravização no Brasil e o seu retorno à África, até a sua morte, após retornar ao Brasil em busca do filho, vendido pelo seu antigo senhor para ser escravizado; história que se parece com a de Vasco da Gama (SILVA, 2012, 2014).

As narrativas metaficcionalis historiográficas nos possibilitam compreender o conhecimento histórico como algo dotado de certa provisoriedade e indeterminação (HUTCHEON, 1991), uma vez que a todo momento novas fontes documentais podem ser descobertas. Assim, segundo Hutcheon (1991), a escrita dessas narrativas coloca em evidência que ficção e história são apenas discursos que constroem um sistema de significação relativamente estável, através do qual damos sentido ao que passou, ou, “em outras palavras, o sentido e a forma não estão *nos acontecimentos*, mas *nos sistemas* que transformam esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes” (HUTCHEON, 1991, p. 122; grifos da autora).

Ana Maria Gonçalves (2021[2006]) cria uma atmosfera de significação estável, que transforma um “acontecimento” apagado pela história em um “fato” presente, quando, no prólogo, situa a narrativa como uma busca pessoal por uma história – um passado que é encontrado pelo presente para ser questionado. Como aponta Silva (2012, 2014), Ana Maria Gonçalves (2021[2006]) se utiliza da pesquisa histórica para construir a verossimilhança da sua narrativa e aponta que foram, como é próprio da metaficção historiográfica, as lacunas da biografia de Luiz Gama que a inspiraram. Silva (2012, 2014) chama a atenção para o fato de que a personagem da narrativa de

³ Durante o processo de escravização de africanos, houve uma grande concentração de falantes da língua iorubá no Estado da Bahia, principalmente em Salvador (BONVINI, 2008), cidade na qual grande parte da narrativa de Gonçalves (2021[2006]) se passa. Segundo Bonvini (2008, p. 17, grifo nosso), “[...] a maior parte dos aspectos característicos do PB se deve à influência das línguas africanas, principalmente quimbundo e o *iorubá*”. Lucchesi (2009) afirma a existência de uma língua franca iorubá em Salvador – chamada de *nagô* – e Bonvini (2008) aponta que houve um processo de “reafricanização” no seio dos cultos afro-brasileiros, o qual gerou uma valorização dessa língua.

Gonçalves (2021[2006]) recebeu, ao chegar no Brasil, um nome que, resguardada a diferença da grafia, é o mesmo da escrava iorubá alforriada Luíza Mahin, mãe de Gama:

Quando eu disse que me chamava Kehinde, o nosso dono pareceu ficar bravo, e um dos empregados perguntou novamente, em iorubá, que nome tinham me dado no batismo. Eu repeti que meu nome era Kehinde e não consegui entender o que diziam entre eles, enquanto o empregado procurava algum registro na lista dos que tinham chegado no dia anterior. O que sabia iorubá disse para eu falar o meu nome direito porque não havia nenhuma Kehinde, e eu não poderia ter sido batizada com este nome africano, devia ter um outro, *um nome cristão*. Foi só então que me lembrei da fuga do navio antes da chegada do padre, quando eu deveria ter sido batizada, mas não quis que soubessem dessa história. A Tanisha tinha me contado o nome dado a ela, Luísa, e foi esse que adotei. *Para os brancos fiquei sendo Luísa, Luísa Gama, mas sempre me considereei Kehinde*. O nome que a minha mãe e a minha avó me deram e que era reconhecido pelos voduns, por Nana, por Xangô, por Oxum, pelos Ibêjis e principalmente pela Taiwo. *Mesmo quando adotei o nome de Luísa por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto* (GONÇALVES, 2021[2006], p. 72-73, grifos nossos).

A autora mineira, interpelada por uma frase de Jorge Amado – “A Bahia te espera para sua festa cotidiana” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 10[Prólogo]), comenta, no prólogo, ter viajado para Salvador em busca de material para escrever sobre os malês e as revoluções promovidas por esse grupo de escravizados. Mas, por ter encontrado vasto material sobre isso, indicando que muitos já escreveram, abandona o projeto e escreve uma outra ficção – com base nas lacunas históricas, que tem também um cunho autobiográfico, ainda que esse “auto” remeta, não à autora, mas a uma outra personagem, Kehinde⁴, a quem ela deu apenas voz, ou melhor, emprestou as mãos para organizar a história:

Elas logo se lembraram de mim [a autor do romance], a pessoa que tinha tirado as fotos no dia do aniversário da Vanessa; era esse o nome da menina. Dona Clara, a mãe, me convidou para tomar um café e, quando entrei na sala, percebi a inusitada mesa de centro, com o tampo de vidro sustentado por pilhas e pilhas de papéis e revistas. [...] Virando um dos papéis, amarelado pelo tempo e que deixava vaziar a escrita em caneta-tinteiro para o lado dos desenhos, percebi que parecia um documento escrito em português antigo, as letras miúdas e muito bem desenhadas, uma escrita contínua, quase sem fôlego ou pontuação. [...] Surpresa, perguntei se eles sabiam quem tinha escrito

⁴ Como apresentado, a personagem adotou o nome cristão de Luísa. Para não negar a origem da personagem, vamos chamá-la pelo seu nome de batismo africano, até mesmo porque ela mesma, no secreto e sagrado, continuou sendo Kehinde.

aquilo, a dona Clara respondeu que não sabia, e que nem parecia escrito na nossa língua, pois a filha mais velha, a Rosa, que lia muito bem, tinha tentado ler, mas não conseguira. Eu disse que era a nossa língua sim, só que escrita de um modo antigo, e que provavelmente aquele documento era de uma época em que nenhum deles tinha nascido ainda (GONÇALVES, 2021[2006], p. 14-15 [Prólogo]).

A descrição do encontro com as pilhas e pilhas de papéis cria um simulacro (BAUDRILLARD, 1978, 1981) e uma verossimilhança (SILVA, 2012, 2014) que dá confiabilidade à narrativa de Kehinde, que se desenvolverá em duas partes: i) cartas escritas para si, como uma espécie de diário (GONÇALVES, 2021[2006], p. 19-404); ii) cartas escritas para o filho “perdido”, como uma espécie de testamento emocional (GONÇALVES, 2021[2006], p. 404ss). Enquanto linguistas, nos chama a atenção o “encontro” com textos históricos que permitem reconstruir um passado, método próprio da Linguística Histórica (MATTOS E SILVA, 2004; PAIXÃO DE SOUSA, 2006) e de correntes da linguística que trabalham com dados diacrônicos, buscando reconstruir o passado da língua. Essas correntes, por meio de achados documentais – como os “encontrados” por Gonçalves (2021[2006]) – reconstrói estágios anteriores de um português antigo que “nem parecia escrito na nossa língua” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 15), de tão diferente que era.

Como é próprio de uma metaficção historiográfica, diversos eventos históricos aparecerem na narrativa de Gonçalves (2021[2006]), construídos sob a ótica dos negados e/ou marginalizados pela historiografia oficial (HUTCHEON, 1991). Ao longo da narrativa, aparecem momentos históricos que se desenrolaram durante o século XIX, como a independência da Bahia, que foi acompanhada em segredo pelos cativos e comemorada na “surdina da casa [grande], pois era uma notícia que não queriam que chegasse à senzala grande, com medo da empolgação dos pretos” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 164); a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, que mandou “acabar com os negócios mantidos por eles” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 309); a preparação e a própria Revolta dos Malês, narradas a partir de dentro do próprio movimento de africanos escravizados e libertos:

O plano era simples, e como éramos muitos, fomos divididos em dois grupos, sendo que em diversos pontos de São Salvador havia mais grupos sendo preparados. Às quatro horas da manhã, todos deveriam sair às ruas ao mesmo tempo e atacar pontos estratégicos da cidade, pegando de surpresa os guardas que estariam de plantão durante a madrugada. [...] O horário também era importante, porque às quatro da madrugada os escravos começavam a sair de casa para buscar

água nas fontes, e os muçurumins contavam com a adesão dos que ainda não sabiam de nada, principalmente dos escravos de dentro de casa, mais difíceis de serem avisados (GONÇALVES, 2021[2006], p. 520-521).

A descrição oferecida pelo romance nos permite entender os conflitos internos dos que organizaram/participaram da Revolta dos Malês e as dinâmicas estratégicas que antecederam o dia 24 de janeiro de 1835, dois domingos depois da “festa do Senhor do Bonfim” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 520). Esse movimento de narrar a revolta dos Malês sob a perspectiva dos próprios africanos, sejam eles libertos ou escravizados, se encaixa no propósito da metaficção historiográfica de apresentar a História sob a perspectiva dos degredados/marginalizados, daqueles que ficaram à margem da historiografia oficial, demonstrando que há verdades, sempre no plural, sobre os eventos históricos (HUTCHEON, 1991).

Como comentamos, Gonçalves (2021[2006]) não faz questionamentos diretos ao longo da narrativa, mas a própria tessitura da história é um contínuo questionamento, pois os eventos que se seguem um após o outro desnudam a estrutura “democrática” da sociedade brasileira e revelam as atrocidades feitas em nome de uma homogeneização (socio)linguística, como é a descrição dos primeiros dias depois da grande revolta dos Malês:

O que estava em jogo não era apenas a participação dos pretos na revolta, mas também a defesa do país contra os pretos sem pátria que queriam tomá-lo à força, a defesa do Deus do Brasil contra os feiticeiros da África. Eram esses os termos usados pelos promotores, e o doutor José Manoel disse que contra os ataques à soberania nacional e à fé cristã não havia defesa. Eles diziam que os pretos queriam roubar o Brasil dos brasileiros, profanar os templos católicos e incendiar as propriedades, o que em parte era verdade, mas também era verdade que vinham fazendo isso com os pretos havia muitos anos. *Eles nos tiravam do nosso país e das nossas propriedades, faziam nossos batismos na religião deles, mudavam nossos nomes e diziam que precisávamos honrar os deuses deles* (GONÇALVES, 2021[2006], p. 541, grifos nossos).

Na voz da narradora, ecoa o grito de tantos outros africanos escravizados que foram silenciados pela historiografia oficial e se desconstrói um evento histórico que, para muitos, se deu de forma pacífica, pois a eleição de um chefe de Estado que afirmou, durante sua campanha (RODA VIVA, 2018), que os africanos vieram para cá porque quiseram, demonstra a presença desse pensamento silencioso – inconsciente? – na memória do povo brasileiro.

Por fim, como cartas escritas, os eventos ao longo do romance apresentam uma linearidade que possibilita ao leitor acompanhar a trajetória de uma criança de quase sete anos roubada do seu povo para satisfazer o desejo de um fazendeiro que queria *ibêjis*. Paralelamente, em torno dessa história, a situação precária dos escravizados, o tratamento diferenciado dos ingleses para com os serviçais da casa – escravizados que não eram chamados de *escravos* – e o aprendizado do português se desenham como uma grande tessitura de uma só história. Dessa forma, a proposta de uma *metaficção historiográfica dos contatos linguísticos* precisa cada vez mais se consolidar no Brasil, seja na área dos estudos literários, seja na sociolinguística de contato, como suporte artístico-literário para a compreensão das interações linguísticas e “povolísticas” ocorridas no Brasil, uma auxílio necessário nos cursos de graduação em Letras/Português.

2 A metaficção historiográfica dos contatos linguísticos

Para uma compreensão da formação sócio-histórica do Brasil, e por sua vez da formação do que hoje denominamos *português brasileiro*, é fundamental que se entenda a heterogeneidade linguística e cultural como parte constitutiva dessa nação, dentro da qual está a população de negros e negras de África aqui escravizados/as (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2009, 2017, 2019; CALLOU; LUCCHESI, 2020). Em outras palavras, a constituição do nosso Estado-nação é consequência de contatos linguísticos e “povolísticos” ocorridos em território brasileiro após a invasão dos portugueses.

No entanto, pensar a participação dos africanos nesse processo requer um cuidado, pois, como afirma Petter (2020), discutindo a heterogeneidade dos povos africanos traficados para o Brasil, é necessário ponderar que o termo “africano” é genérico, uma vez que denomina uma multiplicidade de povos e culturas, porque “os indivíduos que foram deportados para o Brasil provinham de áreas muito diversas, falavam línguas também diversas” (PETTER, 2020, p. 128).

Essa diversidade do continente africano aparece, particularmente, no capítulo 1 do romance de Gonçalves (2021[2006]), quando a família de Kehinde é obrigada a migrar após ser atacada por guerreiros do rei Adandozan e a narrativa descreve algumas paisagens do continente africano, bem como a aparência das pessoas, pois, durante a viagem, eles encontraram uma estrada plural:

Eu [Kehinde] não sabia onde ficava Uidá e também não me preocupei em perguntar, pois estava mais interessada na estrada que nos levaria até lá, cheia de gente usando pano, cortes de cabelo, marcas de tribo e pinturas que eu nunca tinha visto. A estrada era colorida e as pessoas também, com os corpos cobertos de poeira amarela ou vermelha, indo de um lado para o outro. [...] A maioria das pessoas não usava nada sobre o corpo, e eu reparava nas mulheres e pensava que elas não tinham os peitos tão bonitos quanto os da minha mãe, e nem os homens tinham os membros tão duros como os dos guerreiros de Adandozan. As crianças iam nas costas das mulheres, e, nas cabeças, elas carregavam raízes de inhame, trouxas, fardos de algodão, tinas de água e muitas outras coisas (GONÇALVES, 2021[2006], p. 26).

O desconhecimento de uma África, que nunca tinha sido vista pela narradora, demonstra que esse continente é plural, seja do ponto de vista micro ou macroestrutural, pois ela cresceu em uma região diferente daquela pela qual peregrinava agora. O conhecimento do “desconhecido” se constrói também para o leitor ao longo de toda a narrativa. Um dos primeiros elementos desconstruídos é a concepção de uma “vinda pacífica” dos africanos e africanas para a América do Sul:

Eu deveria ter ouvido a Taiwo [irmã de gêmea (ibêji) de Kehinde] que não queria ir, mas peguei a mão dela e fui puxando, abrindo caminho por entre as pernas dos que estavam de pé e por cima dos ombros dos que estavam ajoelhados, até chegarmos bem perto do cortejo. Foi então que um dos brancos parou de caminhar e olhou para nós, e logo todos ao redor fizeram o mesmo. Ele apontou para nós e falou qualquer coisa ao ouvido do Chachá, e imediatamente um dos seus pretos já estava nos segurando pelos braços, antes mesmo de pensarmos em sair correndo. [...] Fomos então levadas para o forte e colocadas dentro de um barracão muito grande, onde já havia várias pessoas sentadas ou deitadas pelo chão. Quando entramos, quase ninguém olhou para nós, demonstrando pouco interesse pelo que estava acontecendo, como se aquela situação fosse normal. O guarda nos empurrou para dentro e ficou parado na porta com a lança em posição que poderia ser tanto de ataque como de defesa [...] (GONÇALVES, 2021[2006], p. 38).

A indiferença dos inúmeros africanos que também estavam presos naquele barracão mostra uma situação corriqueira para eles, como a narrativa demonstra, pois “todos os dias chegava mais gente capturada em muitos lugares da África” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 38). A captura de africanos, durante longos anos, se caracteriza como a invasão de um povo politicamente mais forte que domina outro apenas por percebê-lo com “bárbaro” ou “inferior”. Kehinde e sua irmã Taiwo são capturadas por encomenda para servirem de companhia à filha de um fazendeiro no

Brasil; contudo, em razão das condições precárias da viagem, Taiwo não chegou às terras brasileiras.

No romance, observa-se uma objetificação dos africanos, escolhidos a partir de uma tipificação dada pelo senhor de escravizados que os encomendou e capturados sem nenhuma preocupação com a pessoa em si – já que não eram vistos como tal, mas o interesse recaía sob as condições físicas da “peça”, uma vez que estavam sendo levados para trabalhar:

A minha avó foi então chamada para perto deles e começou a falar e gesticular, apontando para os Ibêjis e para mim e Taiwo, depois mostrou a planta dos pés, abriu os dedos, levantou os braços, pulou, abriu a boca e mostrou os dentes. De onde estávamos não dava para ouvi-los, mas tudo aquilo era o que um dos guardas pedia para ela fazer, a mando do branco. Ele [o senhor de escravizados] deve ter gostado, pois assentiu com a cabeça [...] (GONÇALVES, 2021[2006], p. 43).

Os escravizados são descritos na narrativa, e eram assim tratados na vida real, como coisas/peças que os senhores tinham e poderiam fazer o que quisessem com eles, até mesmo arrancar-lhe os olhos por ciúmes, como fez a sinhá de Kehinde, para que a escrava Verenciana não pudesse ver o próprio filho, fruto de um caso com o senhor de engenho:

Mandou que os homens segurassem a Verenciana com toda a força, arrancou o lenço da cabeça dela, agarrou firme nos cabelos e enfiou a faca perto de um dos olhos. Enquanto o sangue espirrava longe, a sinhá dizia que olhos daquela cor, esverdeados, não combinava com preto, e fazia a faca rasgar a carne até contornar por completo o olho, quando então enfiou os dedos por dentro do corte, agarrou a bola que formava o olho e puxou, deixando um buraco no lugar.
[...] Examinou o olho arrancado, limpou o sangue no vestido e disse que era bonito, mas que só funcionava se tivesse um par. Fez a mesma coisa com o outro olho, guardando os dois no bolso [...] (GONÇALVES, 2021[2006], p. 106-107).

Eram essas atrocidades que faziam com que os escravizados tivessem pouco tempo de vida, uma vez que as condições oferecidas para eles não eram as suficientes, pois, sendo mercadorias, coisas, poderiam ser descartados e substituídos. É por causa dessas condições que se afirma que, no Brasil, o que há, na verdade, é um mito da democracia racial, pois o processo de miscigenação se deu por uma antropofagia na qual existiu um único organismo vivo, os colonizadores, que

processou os outros, numa “digestão violenta, uma digestão unificadora” (SEGATO, 2021, p. 275).

Os capturados vinham de diversos lugares do continente africano, falavam línguas diferentes e davam versões distintas sobre o destino deles, mostrando as estratégias utilizadas pelos portugueses para a captura e o tráfico dessas pessoas: os muçurumins/malês acreditavam que estavam indo visitar a Meca, cidade onde nasceu o profeta Maomé. Descrevendo a viagem, a narrativa apresenta a multiplicidade de línguas que embarcavam na África com destino ao Brasil:

O tumbeiro apitou e partiu logo depois que paramos de ouvir barulhos na parte de cima, quando acabaram de acomodar os homens. [...]. Um dos muçurumins gritou algo e os outros repetiram, saudando Alá. A minha avó saudou primeiro a minha mãe e o Kokumo, depois os Ibêjis e Nanã, e então pegou a minha mão e a da Taiwo e as levou ao runjebe pendurado no pescoço, pedindo a proteção e a ajuda de Ayzan, Sogbô, Aguê e Loko e por último deu um *kaô kabiecile ob Sango*, ao que eu e Taiwo respondemos “*kaô*”. Muitas pessoas também responderam, e *outras saudações e pedidos de proteção foram ouvidos em várias línguas*. Depois que todos acabaram, o silêncio foi ainda maior, com a proteção de Iemanjá, Oxum, Exu, Odum, Ogum, Xangô e muitos eguns. *A minha avó comentou que, pelas saudações, ali deviam estar jejes, fons, haucás, igbos, fulanis, mais, popos, tapas, achantis e egbás, além de outros povos que não conhecia* (GONÇALVES, 2021[2006], p. 46.48, grifos nossos).

Esses povos, línguas e culturas que vieram para as terras brasileiras formaram grande parte da população nesse território, pois estima-se que, ainda no período colonial, os africanos e seus descendentes atingiram “até mais de dois terços da população” (LUCCHESI, 2019, p. 245). Lucchesi (2009, 2019), discutindo a quantidade de pessoas que foram traficadas da África para o Brasil, comenta que os estudiosos desse período apresentam dados diversos. Segundo ele, para Pandiá Calógeras (1927 *apud* LUCCHESI, 2019), o número de africanos escravizados chegou a 13 milhões e 500 mil no recenseamento da escravidão no início do século XIX. Já Roberto Simonsen (1937 *apud* LUCCHESI, 2019), apresentando a produtividade e vida média dos escravizados, trabalha com o número de 3 milhões e 300 mil. Para Maurício Goulart (1949 *apud* LUCCHESI, 2019), o número de africanos trazidos fica entre 13 milhões e 500 mil e 13 milhões e 600 mil.

Conforme o autor, o quantitativo entre 3 milhões e quinhentos mil e 3 milhões e seiscentos mil é a base dos estudos sobre a escravidão no Brasil (LUCCHESI, 2009). Contudo, em nota, Lucchesi (2019), a partir de dados mais atualizados do site

Voyages – The Trans-Atlantic Slave Trade Database – que compila material sobre o tráfico de escravizados na história do mundo, pontua que “o Brasil importou cerca de 4,8 milhões de escravos africanos, entre 1550 e 1850, enquanto os EUA importaram menos de quatrocentos mil, no mesmo período” (LUCCHESI, 2019, p. 246; nota 16). Com isso, a língua falada no Brasil não ficaria imune a esses contatos, tendo implicações sociolinguísticas que fizeram com que a variedade falada em terras brasileiras se distanciasse da utilizada na sede da colônia, em Portugal (MATTOS E SILVA, 2004; BONVINI, 2008; LUCCHESI, 2009, 2015, 2017; FARACO, 2019; BORTONI-RICARDO, 2021). Além disso, esse quantitativo de africanos traficados para o Brasil, particularmente para a Bahia, faz com que aqueles que aqui chegavam imaginassem “ver uma África inteira em um só lugar” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 65).

As condições de vida oferecidas aos africanos foram precárias desde a viagem transatlântica, pois vinham amontoados, fazendo xixi com cuidado para “não escorrer e molhar a cabeça do homem que estava deitado aos seus pés” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 47) e convivendo com o cheiro de comida que “começou a apodrecer por todo o chão do navio, porque muitos, eu também, já não tínhamos mais apetite, e ao cheiro dela se juntava o cheiro do xixi, de merda, de sangue, de vômito e de pus” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 56). Essas descrições demonstram que “nada poderia deixar alguém mais selvagem do que a travessia da África para o Brasil” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 112), demonstrando que a ideia de “selvagem” é uma crença do próprio colonizador e não algo que correspondia à realidade dos escravizados; em outras palavras, como comenta Segato (2021), a clássica “mania” colonizador de imprimir as suas percepções sobre o colonizado, querendo enquadrá-lo dentro das suas perspectivas. BONVINI

Essas condições precárias se estenderam também ao processo de ensino e aprendizagem do português em terras brasileiras, pois os africanos que aqui chegaram tiveram que aprender a língua de oitiva (MATTOS E SILVA, 2004) por meio de uma Transmissão Linguística Irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009), isto é, sem nenhum processo de instrução formal, sendo os escravizados mais velhos “professores” daqueles que chegavam:

A sinhá entretida com um livro e a sinhazinha, com as bonecas. E foi assim durante quatro ou cinco dias, *enquanto à noite, e até que fosse necessário, as pretas da casa me ensinavam português, como*

também o Tico e o Hilário, com quem eu brincava. Eu já entendia quase tudo o que falavam e não foi muito difícil começar a falar também. Não tive a menor dificuldade em me comunicar com a sinhazinha quando ela finalmente conversou comigo, mostrando uma boneca e dois vestidos, um amarelo e outro branco, e perguntando qual deles eu preferia (GONÇALVES, 2021[2006], p. 79; grifos nossos).

A aprendizagem do português de oitava (MATTOS E SILVA, 2004) corresponde a situações semelhantes à narrada, nas quais eram os próprios africanos e/ou seus descendentes escravizados que ensinavam a língua aos novos africanos que chegavam. Comentando esse processo, Lucchesi e Baxter (2009) o rotulam de Transmissão Linguística Irregular, compreendido como processos históricos nos quais ocorreram contatos maciços entre povos, que usavam línguas diferentes, do século XVI ao XIX. Segundo os autores, na Transmissão Linguística Irregular, um grupo dominante impõe sua língua “de modo que os falantes de outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 101).

Essa imposição é demonstrada no romance quando os personagens instruem uns aos outros para que não usem suas línguas na frente dos senhores e aprendam “logo o português, pois o sinhô José Carlos não permitia que se falassem línguas de pretos em suas terras” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 74). A proibição aos escravizados de usarem suas línguas de origem se dá, entre outros fatores, pela concepção – profundamente influenciada pelo cristianismo – de que eram línguas usadas para feitiçaria. Essa visão era consequência de *cosmogonias* diferentes que orientavam os europeus e os africanos, fazendo com que as práticas culturais dos africanos fossem vistas negativamente, como “feitiçaria”, como aconteceu no Brasil Colônia (CALDAS, 2007). Evaristo (2021) comenta que houve um *linguicídio africano*, ao qual se soma a prática de conversão dos povos africanos, gerando um “cenário de proibição da prática religiosa africana” (EVARISTO, 2021, p. 7094).

Essa visão da cosmologia portuguesa sobre as práticas africanas aparece em muitos momentos da narrativa:

Eu me assustei um pouco na primeira vez que vi a Nega Florinda se aproximar da varanda onde eu estava com a sinhazinha Maria Clara. De longe, ela parecia um dos egunguns que eu tinha visto certa vez passeando pelas ruas de Uidá. Era baixa e andava curvada, os passos

rápidos para compensar as pernas curtas, e usava uma bata inteiriça e colorida que ia até os pés, com um pano-a-costa jogado sobre o ombro direito e, em uma das mãos, uma bolsa de tecido, onde guardava o dinheiro ou as prendas que recebia por suas histórias. Usava vários colares de contas coloridas em volta do pescoço, e em uma corda amarrada na cintura pendurava um sino pequeno e barulhento, que tilintava para anunciar sua chegada. *A sinhá Ana Felipa não deixava que a Nega Florinda fosse recebida sem que ela estivesse presente, pois queria ter certeza de que, como desdenhava, a velha não contaria histórias de feitiços nem dos demônios que os pretos chamavam de santos e cultuavam como se fossem capazes de grandes feitos* (GONÇALVES, 2021[2006], p. 81-82, grifos nossos).

O fragmento da narrativa evidencia a visão cosmológica distorcida dos portugueses sobre as práticas dos africanos, algo comum quando há uma relação de assimetria entre os povos que interagem entre si, pois geralmente aquele que é politicamente mais forte impõe a sua visão de mundo sobre o dominado, criando, como comenta Segato, uma falsa verossimilhança⁵, na qual “as nomenclaturas persistem, mas são interpretadas segundo uma nova ordem moderna” (SEGATO, 2021, p. 101-102). A capacidade narrativa da Nega Florinda, algo muito valorizado entre os povos africanos, é vista com maus olhos pela senhora de escravizados, pois é fácil acreditar nas narrativas bíblicas do Gênesis como divinas, mas impossível fazer o mesmo com as africanas.

Retomando a questão do aprendizado do português pelos africanos, esse visava o estabelecimento de uma comunicação com os senhores e também o entendimento, por parte dos escravizados, do que acontecia na casa grande, pois muitos usavam entre si suas línguas de origem, até como forma de proteção. Esse uso “privado” conservou as ditas “línguas secretas” utilizadas até hoje (LUCCHESI, 2009), como é a do Cafundó, em São Paulo (VOGT; FRY, 1996), e da Tabatinga, em Minas Gerais (QUEIROZ, 1998).

As variedades usadas nessas comunidades são descritas como “línguas secretas” porque, primeiramente, há uma idade mínima para poder aprendê-las – por exemplo, “a língua da Tabatinga é adquirida na juventude, numa faixa etária ente 11

⁵ Diferente de Silva (2012, 2014), a verossimilhança, do ponto de vista antropológico, é vista como algo negativo por Segato (2021) por esconder uma lógica dominante/colonizadora por trás, por isso ela chama de *falsa verossimilhança*, porque não procura imitar a realidade, mas criar uma outra fundada sobre uma nova lógica, ainda que mantenha as aparências. Segundo a autora, “nesse contexto de mudança, as nomenclaturas são preservadas e um ilusão ocorre – há a falsa impressão de que a velha ordem continua, com nomes, formalidades e rituais que parecem perdurar, mas essa ordem agora é governada por uma matriz diferente” (SEGATO, 2021, p. 115).

e 20 anos, entre amigos, e não se transmite como língua materna” (PETTER, 2020, p. 143); depois, cumpre uma função lúdica: enganar os desavisados/estrangeiros (PETTER, 2020), como é o caso da *cupópia*, em Cafundó. Segundo Petter (2020), as línguas secretas de Cafundó e Tabatinga utilizam como base a fonologia, a morfologia e a sintaxe da gramática do português, mas o léxico é de origem banta, o que dá a ilusão de uma outra língua. Essas permaneceram restritas às comunidades, não se espalhando nem para regiões vizinhas, conservando seu caráter ocultista; essa realidade reforça também a passagem da realidade linguística do Brasil de um *multilinguismo generalizado* para um *multilinguismo localizado* (MATTOS E SILVA, 2004).

Na narrativa de Gonçalves (2021[2006]), não há nenhuma descrição de línguas secretas, apenas aparecem algumas línguas africanas, como o *iorubá* e o *eve-fo*n. No entanto, essas línguas não estão sendo utilizadas de forma eficiente pelos personagens na narrativa, mas aparecem em pequenos momentos, nos quais geralmente há alguma forma de interdição para o seu uso, acompanhada de uma ameaça, pois se usasse a língua de preto “seria castigada” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 77).

Contudo, é preciso compreender que há formas de Transmissão Linguística Irregular e uma delas corresponde ao ensino da nova língua pelos adultos que já adquiriram, ainda que de forma defectiva (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009; LUCCHESI; BAXTER, 2009), a língua do grupo dominante – no caso, o português. Com Kehinde acontece algo que se encaixa numa situação diferente, uma vez que ela foi ensinada por Esméria, cozinheira da casa grande, ainda pequena, isso porque a narrativa se inicia “no ano de mil oitocentos e dez” (GONÇALVES, 2021[2006], p. 19), quando no Brasil já havia gerações de negros nascidos no território, e que, portanto, já sabiam o português, ainda que por aprendizado irregular. Porém, a situação vivida por Kehinde é a responsável pelo processo de mudança em qualquer língua, pois é na aprendizagem que a mudança ocorre (LUCCHESI; RIBERIO, 2009; SILVA, 2023).

Todavia, na narrativa da autora mineira (GONÇALVES, 2021[2006]), há diversos exemplos das maneiras de Transmissão Linguística Irregular, como a cena que descreve os escravizados na ilha em uma espécie de quarentena:

Aprendemos também as primeiras palavras em português, uma língua que desde o início me parece uma música suave, com as palavras cantadas e muito bonitas. Todos os guardas que nos vigiavam falavam

português e uma ou outra palavra nas nossas línguas, e um deles disse que não era para nos acostumarmos, porque só ficaríamos na ilha até terem a certeza de que não estávamos doentes, e também para melhorarmos um pouco a aparência (GONÇALVES, 2021[2006], p. 64).

Essa cena pode ser analisada dentro do modelo de aquisição linguística para a situação de contato afro-brasileira proposto por Lucchesi e Ribeiro (2009) – o qual retomei na minha dissertação de mestrado (SILVA, 2023). Para esses autores, o primeiro grupo responsável pela aquisição do português em terras brasileiras foram os colonos portugueses, representados na narrativa pelos guardas dos escravizados – os primeiros portugueses com quem tinham contato. A partir da interação com esse grupo, os escravizados africanos aprenderam, de oitiva, o português e, com alterações significativas, transmitiram essas variedades para os demais grupos de afrodescendentes que formaram o Brasil e que difundiram o português pelo território – como aconteceu com a Kehinde. Para esses autores, as variedades usadas por esses grupos são de um “português reestruturado, falado pelos escravos crioulos (filhos de mãe africana nascidos no Brasil)” (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009, p. 146).

Portanto, é por causa dessas formas de aprendizado teorizadas por Lucchesi e Ribeiro (2009) e ilustradas pela narrativa de Gonçalves (2021[2006]) que se compreende que no Brasil não ocorreu um processo de criouliização, no sentido de uma nova língua surgida a partir do contato linguístico, que se espalhou por todo o território, pois os africanos tiveram contato com a língua portuguesa, ainda que de oitiva, por estarem inseridos na sociedade (LUCCHESI, 2019; SILVA, 2023). Dessas situações, o que ficou de evidência foram as variedades alteradas/reestruturadas do português, das quais as mais fortes são aquelas que se enquadram no *português afro-brasileiro* e no *português popular* (LUCCHESI, 2009, 2015; LUCCHESI; RIBEIRO, 2009), por apresentarem mais marcas dos contatos linguísticos.

Para uma (não) conclusão

Considerando a extensão da narrativa de Gonçalves (2021[2006]), este artigo se deteve nos elementos que, a partir de uma metaficção historiográfica, (re)constroem as interações entre povos e línguas ocorridas no Brasil durante os primeiros séculos de sua colonização por Portugal, possibilitando uma percepção linear dos primeiros contatos dos africanos escravizados com os seus colonizadores e, principalmente, das formas de

aquisição do português por esse grupo; fundamentando, assim, a proposta de uma *metaficção historiográfica dos contatos linguísticos*.

Reconstruindo e preenchendo as lacunas históricas, a metaficção historiográfica dos contatos linguísticos de Gonçalves (2021[2006]) auxilia as teorias sociolinguísticas no processo de reconstrução das formas de interações linguísticas e “povolísticas” que formaram o Brasil, e conseqüentemente as variedades do português aqui utilizadas. As narrativas dos eventos (históricos) sob a ótica dos colonizados/escravizados permitem aos leitores e estudiosos uma mudança de percepção significativa, pois as verdades narradas agora são feitas a partir das histórias silenciadas pela historiografia oficial.

A possibilidade de, a partir do recurso da metaficção historiográfica, criar simulacros (BAUDRILLARD, 1981), verossimilhanças (SILVA, 2012, 2014) sobre o processo de captura, tráfico e escravização de africanos ao longo dos quase 400 anos do período escravocrata oficial no Brasil pode ser uma estratégia de ensino para estudantes dos cursos de Letras/Português, uma vez que esses possuem disciplinas sobre a formação sócio-histórica do português brasileiro e também sobre teoria e criação literária; mas também para estudantes de História, pois permite compreender a sociedade brasileira e as suas relações ao longo do processo escravocrata brasileiro.

Portanto, faz-se necessária uma intersecção entre a Literatura e as Teorias Linguísticas, pois as narrativas ficcionais podem ser utilizadas como um suporte para as discussões, nos cursos de Letras/Português, sobre os contextos sócio-históricos de formação do português brasileiro, considerando, principalmente, a ausência de boas produções cinematográficas que ilustrem esse período e a riqueza de detalhes das obras literárias, principalmente as metaficcionais historiográficas. Assim, a narrativa de Gonçalves (2021[2006]), bem como outras narrativas – a exemplo de *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz (2018), que narra 300 anos de uma família afrodescendente no Brasil, iniciando pela escravização – têm potencial para a construção de *uma metaficção historiográfica dos contatos linguísticos*, sendo um recurso para o ensino de teoria literária e também de teorias sociolinguísticas nos cursos de Letras/Português.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALENCAR, José de. *Iracema*. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Bom Livro).

ALENCAR, José de. *O guarani*. 20. ed., São Paulo: Ática, 1996 (Bom Livro).

BAUDRILLARD, Jean. *Cultura y simulacro*. Barcelona: Kairós, 1978.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. São Paulo: Relógio D'Água, 1981.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Português Brasileiro: a língua que falamos*, São Paulo: Contexto, 2021.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. (org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CALDAS, Glícia. A magia do feitiço: apropriações africanas no Brasil Colônia. *Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, São Paulo, ano 1, nº 1, p. 127-144, mar. 2007.

CALLOU, Dinah; LUCCHESI, Dante. Panorama sociolinguístico do Brasil no Século XIX. In: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia. (org.). *História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística*. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020. p. 258-277.

CRUZ, Eliana Alves. *Água de Barrela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

EVARISTO, Jefferson. Linguicídio africano no Brasil. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 18 , n. 4, p . 7086-7097, out./dez. 2021

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. São Paulo: Parábola, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021[2006].

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo: teoria, história e ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan.; RIBEIRO, Ilza. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 44-73.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A*, São Paulo, n. 33, v. 2, p. 347-382, p. 2017.

LUCCHESI, Dante. Por que a crioulização aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Revista Gragoatá*, Niterói, v. 24, n. 48, p. 227-255, jan.-abr. 2019.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A Transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-153.

LUCCHESI, Dantes; CALLOU, Dinah. Os cenários sociolinguísticos do Brasil Colonial. In: LOBO, Tânia; CALLOU, Dinah (coord.). *História do Português Brasileiro: história social do português brasileiro: da história social à história linguística*. Coordenação geral: Ataliba T. de Castilho. São Paulo: Contexto, 2020. p. 156-181.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teoria da estrutura e da mudança linguística e o contato linguístico. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 125-153.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma Sócio-História do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Linguística Histórica. In: PFEIFFER, Claudia; NUNES, José Horta (Org.). *Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. Vol. 1. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-48.

PETTER, Margarida. Para uma história social das línguas africanas no Brasil. In: CALLOU, Dinah; LOBO, Tânia. (org.). *História do Português Brasileiro: História Social do Português Brasileiro: da História Social à História Linguística*. vol. 9. São Paulo: Contexto, 2020. p. 126-155.

RAVOUX-RALLO, Élisabeth. *Métodos de crítica literária*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODA VIDA. *Roda Viva | Jair Bolsonaro*. Programa exibido em 30 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=3s>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução Danielli Hatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Ana Maria Vieira. Um defeito de cor: escritas da memória, marcas da história. *Anais do SILIAFRO*, nº. 1, p. 31-46, EDUFU, 2012.

SILVA, Ana Maria Vieira. Um defeito de cor: escritas da memória, marcas da história. Orientadora: Eurídice Figueiredo. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SILVA, Jacson Balduino. *Efeitos da mudança sintática na realização do sujeito pronominal no português da comunidade quilombola Mussuca*. Orientadora: Norma

Lucia Fernandes de Almeida. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos).
Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

Recebido em 26/02/2023

Aceito em 19/06/2023

Publicado em 22/06/2023